



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO SÍMBOLO AFETIVO: EXPLORANDO AS CONTRIBUIÇÕES DA MEMÓRIA COMO PROMOTORA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA CIDADE DE ITAPETINGA (BAHIA)

Thiago Souza Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil.
Endereço eletrônico: thiago_uesb@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A região selecionada para o desenvolvimento desse trabalho é a cidade de Itapetinga, situada na região sudoeste do estado da Bahia, cuja população estimada pelo IBGE, em 2018, era de 75.470 habitantes, estando na posição da 24ª cidade mais populosa da Bahia.

A sua projeção urbana foi fortemente influenciada pelo expressivo processo histórico de circulação de capital nessa região, ocasionada, principalmente, pelo desenvolvimento da atividade agropastoril (OLIVEIRA, 2003).

Cabe citar, ainda, que para atender aos propósitos do desenvolvimento urbano da cidade de Itapetinga, os seus líderes de governo, os latifundiários, vislumbraram, em vários momentos históricos, a necessidade de alterar, em alguns trechos, o rio Catolé, o qual perpassa toda a extensão da cidade, e foi às margens desse local, que desde a sua origem, o território urbano foi se expandindo.

Porém, toda a evolução adquirida ao longo da história, trouxe consigo o ônus da degradação ambiental das matas ciliares, pois a manutenção da riqueza dos latifundiários dependia da destruição da cobertura vegetal dos cursos d'água, para o sustento do seu rebanho.

Não bastasse isso, contemporaneamente, tem se consolidado nesses locais, que deveriam receber os cuidados respaldados em legislação atinente, empreendimentos de construção civil, o que se configura como uma afronta para a humanidade hodierna e porvindoura, a qual sofrerá com os danos negligenciados pelas instâncias pública, privada, civil, jurídica, e congêneres, que se furtam em tomar providências plausíveis, e

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



assistem, passivamente, o cenário vigente fadado ao deplorável, caso não se refutem as ações equivocadamente perpetradas e, infelizmente, formalizadas.

METODOLOGIA

Este trabalho encontra-se em desenvolvimento e os dispositivos metodológicos adotados serão aplicados no período programático para a coleta de dados. Em face disso, discrimina-se abaixo a modalidade de suporte que subsidiará este propósito.

História Oral

Será empregada a História Oral, método que consiste na ação de reunir entrevistas de sujeitos que testemunharam determinados fenômenos e protagonizaram certos contextos, o que os tornam aptos a relatar com pormenores as suas próprias experiências de integração com o objeto.

Por se tratar de um recurso no qual se lida com perspectivas de entendimento individuais, pode, outrossim, ser útil para a assimilação da percepção ambiental de cada sujeito, e que esses dados reverberem no engendrar de medidas viáveis para o futuro, no qual se assuma o comprometimento de eliminar a reprodução de equívocos cometidos no passado, no que tange ao processo de gestão ambiental.

A memória não só identifica o impacto como promove e amplia a possibilidade de ações de intervenção ambiental, porque traz as necessidades e os anseios dos sujeitos envolvidos com as atividades econômicas, políticas e sociais realizadas no lugar analisado. Portanto, amplia a noção geográfica embasada somente em imagens e números, incorporando a experiência humana aos estudos ambientais. A memória desses antigos sujeitos fornece às gerações de hoje uma gama de informações úteis para reflexões sobre como a sociedade se desenvolveu e quais necessidades sociais implicaram aquelas atitudes de manejo (hoje consideradas) incorretas (DIAS e PORTO, 2012, p.3).

Essa ferramenta é profícua no sentido de contribuir para o entendimento da formatação do espaço e da paisagem, esboçados na contemporaneidade, por intermédio da leitura do passado.

Este procedimento permite a recomposição da atmosfera de outros períodos, reprisando-se costumes, princípios morais e ações corriqueiras. De posse desse conhecimento, torna-se possível discernir como os processos antrópicos impactaram o



meio ambiente de uma localidade. Esta compilação de dados pode, ainda, servir de subsídio para a formulação do planejamento ambiental de um território, ao se contrastar as realidades presente e passada.

A História Oral pressupõe projeto, pesquisa, técnica de entrevista, postura ética com relação ao entrevistado, assim como de respeito ao entrevistado, ao que foi dito. Aliás, saber ouvir é a característica fundamental do oralista. O entrevistador não é passivo nem outro, na medida em que, ele não é um ouvinte passivo, ele participa e dirige o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas, introduz questões e temas a serem abordados pelo entrevistado (DELGADO, 2010, p.74).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Conceito sobre Paisagem e sua Construção Social

O entendimento antecedente que se tinha sobre paisagem estava circunscrito a um pensamento reducionista, que considerava que o seu conceito abarcava, simplesmente, um conjunto de componentes naturais, no qual se excluía o sujeito humano nas suas múltiplas vertentes, tais como suas interações, seus impactos e suas influências dentro dessa conjectura espacial.

Oliveira e Lima (2017) acreditam que há um processo paulatino de reconhecimento e significação das características intrínsecas ao ambiente, categorizado como paisagem cultural. Desse raciocínio, compreende-se que os indivíduos deixam de associar a perspectiva natural das imagens paisagísticas, para assimilá-las como um agrupamento de interações sociais consolidadas no transcurso da história.

Desta forma, a paisagem está fundamentada num conceito de construção social, sendo, pois, vislumbrado como uma representação temporal da memória, a qual não está subordinada à apenas uma definição universal, mas é transformada a depender de cada recorte cultural. Assim, a concepção de paisagem está atrelada à história social de um povo, e, também, às experiências validadas a nível coletivo e particular.

A paisagem, pode, outrossim, ser concebida como um território geográfico que agrupa componentes naturais ou não, e que está em modificação contínua. O espaço paisagístico apresenta duas concepções: concreta e fenomenológica. A perspectiva concreta da paisagem compreende os eventos de caráter geomorfológico, de ordem geológica e fenômenos ecoclimáticos. Nesse viés, há de se incluir, também, o efeito das



ações antrópicas, decorrentes da intervenção humana, no transcurso da história (VERDUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016).

Enquanto fenômeno, a paisagem engloba, em sua constituição, todas as referências, inferências e sentidos expressados no inconsciente do sujeito (VERDUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016). Destarte, o sentido fenomenológico da paisagem se baseia nas distintas e variegadas formas do sujeito observar, traduzir e modificar o espaço geográfico.

Ratificando esta perspectiva, Costa (2008) traça uma ideia sobre paisagem, sob o prisma da geografia cultural, preconizando-a como expressão social, através da qual se constrói a identidade conjunta dos residentes de determinada localidade. Assim, a paisagem emerge como um lugar habitual para o indivíduo, revelada nas experiências validadas por intermédio dos símbolos, e evidenciando a reciprocidade existente entre o homem e seu ambiente, conforme explicitado nos argumentos abaixo dispostos:

[...] a paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar, expressando a sua formação e continuidade, mantidas através de práticas culturais que podem ser representadas, por exemplo, através dos complexos industriais, dos povoados rurais, das reservas indígenas, dos lugares sagrados, dos parques naturais etc. Cada um dos exemplos enunciados contem uma variedade de elementos de ordem natural ou cultural associados a uma prática cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. Essa relação entre o indivíduo e a paisagem é, portanto, mediatizada por uma rede simbólica cuja materialidade traz também o imaterial, algo visível que mostra o invisível, um gesto que significa um valor. (COSTA, 2008, p. 151)

CONCLUSÃO

A paisagem é um símbolo cultural que compõe a realidade do homem, e se configura como o ambiente no qual indivíduo estabelece a sua residência e, também, desenvolve as interações humanas. É o espaço que agrega e retrata as suas vivências e afetos, quer sejam coletivos ou particulares. Há que se mencionar, ainda, que, quando a paisagem é destituída de traços de afetividade, ela se configura apenas como uma referência domiciliar do homem.

A memória, na condição de vertente do intelecto, detém a capacidade de registro, de forma análoga ao que ocorre com a funcionalidade dos suportes multimídia, de modo



que as experiências humanas, ensejadas pelo processo de subjetividade entre o sujeito e o ambiente externo, são devidamente processadas. Deste modo, a lembrança se relaciona com a paisagem, demonstrando que o território geográfico interage com o sujeito de maneira afetiva e cultural, despertando neste um sentimento de pertencimento, defesa e de identidade.

A partir deste vínculo afetivo de espaço e relações humanas, devem os sujeitos reivindicarem a defesa do meio ambiente no qual estão situados, de tal modo que as gerações atuais e futuras sintam-se pertencentes e associadas àquele local, tornando-se promotores de proteção da paisagem.

PALAVRAS CHAVE: Memória; Paisagem; Meio Ambiente; Reconhecimento.

REFERÊNCIAS

COSTA, O. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Mai. 2008.

DELGADO, L. A.. **História oral:** memória, tempo, identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, R.; PORTO, I. O lugar do idoso na construção de sociedades sustentáveis: o exemplo da memória ambiental em Cardoso Moreira RJ. **A Terceira Idade**, v. 23, p. 19/ nov 2012-31, 2012.

OLIVEIRA, N. G. **De capital da pecuária ao Sonho de polo calçadista:** a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. 2003. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, M. L.; CUSTÓDIO, M. M.; LIMA, C. C. **Direito e paisagem:** A afirmação de um direito fundamental individual e difuso. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 536 p.

VERDUM, R.; VIEIRA L. F. S.; PIMENTEL, M. R. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, v.6 n.1, p.131-150, 2016.